

Alta
 Alta da Vigésima Quinta Sessão Ordinária do Simuro Sindical Municipal da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 1º de junho de 1993 mil novecentos e noventa e três.

As dezesseis horas do dia 1º de junho de mil novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência do Vereador Marcos da Rocha Mendes e com a ocupação da Simuro Secretária pelo Vereador Dirlei Perero da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Gaur Silva da Rocha, Adailton Pinto de Andrade, Aires Bessa de Figueiredo, Alindo Ruiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos da Carvalho Sincade, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Paulo Roberto Albuquerque dos Santos, Eduardo Penna Kita, Ivan Ruiz de Araujo, José Oscar Elias, Karapen Schmidt, Luiz Antônio de Mello Leães, Ottilen Roberto Pereira de Souza, Orlando da Silva Pereira e Silva Rodrigues Pinto. Abertura nominal, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata da Vigésima Quarta Sessão Ordinária do Simuro Sindical Municipal e Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária do Simuro Sindical Municipal. Após cumprimento de ato regimental, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Simuro Secretário a leitura do Suplente que consta do seguinte: Ofício nº 273/93 - Exmº Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio, assunto: Em resposta ao Requerimento nº 067/93 de autoria do Vereador Dirlei Perero da Silva, lido no dia 27/5/93. Exmº Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio, assunto: Em resposta aos Requerimentos nº 051 e 052/93 de autoria do Vereador Dirlei Perero da Silva, lido no dia 28/7/93. Exmº Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio, assunto: Em resposta ao Requerimento nº 058/93 de autoria do Vereador Aires Bessa de Figueiredo. Ofício nº 292/93 - Exmº Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio, assunto: Em resposta ao Requerimento nº 064/93 de autoria do Vereador Aires Bessa de Figueiredo. Ofício nº 031/93 - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, assunto: Em resposta ao Requerimento nº 073/93 de autoria do Vereador Ottilen Roberto Pereira de Souza. Ofício nº 292/93 - Exmº Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio, assunto: Em resposta ao Requerimento nº 066/93 de autoria do Vereador José Oscar Elias;

Diário de Notícias - 04/193 - Sr.º Senhor Doutor Américo de Freitas - Presidente
em exercício do D.A.O. Cabo Frio, assunto: Parabeniza a iniciativa do Senador
Svan Luiz de Araújo, assendo bônus as encargos do "Luz de Maria"; Projeto
de Resolução nº 005/93, de autoria do Senador Alfredo Luiz da Rocha Barreto, assun-
to: Dispõe sobre a participação da sociedade civil organizada no Cerame das
Propostas Orçamentárias; Projeto de Resolução nº 009/93, de autoria dos Senadores
Carlos Roberto Nogueira e Alfredo Luiz da Rocha Barreto, assunto: Dispõe sobre
Remenda ao Artigo 71 da Resolução 092 de 04 de dezembro de 1986; Projeto
de Lei nº 023/93 de autoria do Senador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, as-
sunto: Fica assegurada aos dependentes do servidor falecido o benefício da
pensão por morte; Projeto de Lei nº 025/93, de autoria do Senador Luiz Antônio
de Melo Rocha, assunto: Ficam autorizadas as Associações de Moradores a implan-
tar, explorar e desenvolver "Parques Comunitários" sem fins lucrativos, em terre-
nos ociosos da Municipalidade, mediante consulta ao Executivo; Projeto de
Lei nº 026/93, de autoria do Senador Dilando da Silva Pereira, assunto: Dispõe
sobre a criação de Parcs Indústrias em legados e Bibliotecas e dá outras pro-
vidências; Projeto de Lei nº 027/93, de autoria do Senador Svan Luiz de Araújo,
assunto: Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder Subvenção Municipal a So-
iedade Pedagógica do Brasil e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais,
e dá outras providências; Projeto de Lei nº 029/93, de autoria do Senador Vitor
de la Silva Pereira, assunto: Dispõe sobre concessão de licença sem vencimen-
tos ao servidor Público Municipal; Projeto de Resolução nº 008/93, de autoria do
Senador Vitor Pereira da Silva, assunto: Fica considerada para todos os efeitos le-
gais de validade Pública Municipal e Assembleia de Nível do Banco Santo Antô-
nio; Projeto de Resolução nº 010/93, de autoria do Senador Antônio Carlos Pereira
de Cunha, assunto: Fica considerada para todos os efeitos legais de validade Pú-
blica Municipal a Associação Comunitária de Unamar; Requerimento nº 090/93
de autoria do Senador Silas Rodrigues Brito, assunto: Dispõe sobre outorga de
licença de exploração ao Excmo. Senhor Prefeito do Município de Squarima, Sr.º Gil-
berto, pelo erário de Vale - Passagem para os servidores e ter permitido duan-
ta tabulares para os Feriantes, rentos da taxa de uso do solo; Requerimento
nº 091/93 de autoria dos Senadores Carlos Roberto Nogueira e Alfredo Luiz da Rocha
Barreto, assunto: Requer abertura de licença especial de Inquérito para apurar
a situação do Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA nos Projetos de

Jan 97

Orçamentos de Lavadores no Município de Cabo Frio, Indicação nº 159/93 de autoria do Vereador Silas Rodrigues Bento, assunto: Sugere ao Excmo Senhor Prefeito Municipal, que o Município faça surgir o "Monumento à Bíblia", objeto da Resolução nº 103 de 22 de dezembro de 1993 (anexo), Indicação nº 160/93 de autoria do Vereador José Oscar Elias, assunto: Soluções ao Excmo Senhor Prefeito Municipal a construção de duas quadras de recreação para serem colocadas no Zimbral Rodoviário e na antiga Praça Santo Antônio, Indicação nº 161/93 de autoria do Vereador Silas Rodrigues Bento, assunto: Indica ao Excmo Senhor Prefeito Municipal a construção de quercia - telas a cada dez metros, na Rua França, Jardim Araújo; Indicação nº 163/93 de autoria do Vereador José Oscar Elias, assunto: Indica ao Excmo Senhor Prefeito Municipal o aproveitamento das lagoas de Araruama para a prática de esportes náuticos, Requerimento nº 092/93 de autoria do Vereador Amos Bezerra de Figueiredo, assunto: Soluções ao Diretor da PRAC, informações sobre a construção de "PIER" ou "pontilhão" nas lagoas de Araruama, Baía das Traças. Terminado a leitura do Expediente, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao segmento dedicado ao uso da Câmara aos Vereadores inscritos em livro próprio como primeiro a ser inscrito, ocupou o tribuna o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barros, do PT, falando inicialmente sobre a necessidade de respeito de autoria do Vereador Adailton Pinto de Andrade, dirigido ao funcionário da Prefeitura Luiz Celso Fernandes, falando de sua participação, visto, a proposição ter sido aprovada por unanimidade, e ainda por ter promovido o fato gerador da indignação do Vereador Autor. Disse ter ficado surpreendido, quando havia chegado a Câmara em uma hora, após uma reunião da Comissão de Direito Humanos e, não tomara conhecimento perfueto do fato do dia e, realmente ficou completamente abnito quando soubera da decisão de respeito. Disse ter sido promovido pelo Luiz Celso e, ainda, sobre a questão disse: "...ento de que havia decidido de encaminhar uma questão que era necessária com a certeza de que havia votado em não conformidade com o que estava no texto, ou seja, a minha interpretação do fato não conteno com a redação do texto e, resolveu, procurando o Vereador Autor do Respeito Adailton Pinto de Andrade, relatou que o mesmo junto comigo, com o Vereador Beto de Aguiar e o Vereador Joaquim, ouvimos o esclarecimento que me foi prestado pelos palestrantes relacionados pelo funcionário naquele dia". Adiante, disse o orador que após ouvir o funcionário, havia ficado com o esclarecimento prestado, podendo assegurar por intermédio do Vereador Adailton Andrade, o pedido de anulação da decisão, o que

nao restar um pouco da politica, embora compreendesse que em certos pontos alguns danos eram irreparáveis. Disse que abordava o assunto no futuro, porque se unia no dever de reparar tal situação e, com a certeza de que os demais es-
tados também teriam oportunidade de corrigir uma situação. Prosseguindo, disse que em próximo reunião entraria com Moção propondo afulação da Casa de Bipélio dirigida ao funcionário da Prefeitura Luiz Felso Fernandes. A seguir, disse que abordava a politica salarial do funcionário da Prefeitura, e também da situação do Governo Municipal e, as prioridades atingidas em cinco meses. Disse, em prosseguimento, sobre a participação do seu companheiro Góia, em programa de João Soares, de Edição recente, quando afirmava que "nós não vamos poder diminuir as desigualdades que existem na nossa sociedade, diminuir a di-
ferença entre a riqueza e a pobreza, se nós não emprestamos esta luta. Manter
ver de outro forma, não vai ser um sucesso, não vai ser dado por ninguém
que nós conseguimos fazer uma distribuição da renda que não signifique
épicas distribuição de dinheiro, mas, igualdade nas condições sociais, nas ne-
cessidades básicas da cidadã e, que isto pode ser feito com vontade polít-
ica, pelos Governos com a participação da sociedade, mas, que isso não era
feito sem pressão, sem que as partes se mobilizassem". (sic). Prosseguindo, deu
o orador, que em Pávo São, em relação ao funcionalismo Público era necessário
no que o Governo Municipal trouxesse uma nova condição de diálogo, e que tal
condição de diálogo fora apresentada desde o primeiro instante da Administra-
ção José Bonifácio. Destacou o Vereador do PT, que os interesses dos funcio-
nários não estavam sendo atendidos devidamente pelas partes, não conser-
vando que o Poder Público Municipal fosse a única parte, na medida em que
na ele se destacava o servidor e a comunidade que recebem os serviços presta-
dos. Disse ser necessário ao Governo Municipal, ao Senhor Prefeito, praticar uma
abertura em relação ao diálogo que mantinha com os servidores. Ponderou que
estava muito a vontade para fazer tais declarações porque desde o início da a-
tual Administração defendia a politica de saneamento imposta pelo Prefeito Jo-
sé Bonifácio, recordando com a não renovação de contrato, recordando com a
demissão de "fantasmas", entre outras ações moralizadoras. Observou que
que o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto que o momento era outro, que
havia chegado e havia de ser distribuída a justiça e ser feita a justiça so-
cial, e, não só do funcionalismo, mas da sociedade como um todo. Disse,

Am 98

que tinha queixas e críticas quanto ao atual Governo do Município, em relação às prioridades de modo geral, destacando que até aquele data o Governo não se metia na Sanfona, e, embora alguns serviços, não modificara a conduta básica de modo da população, entendendo que não eram meios que iam melhorar ou não as obras, mas primordialmente o Governo teria que ter uma ação política nos Centros Municipais no sentido de minimizar o sofrimento da população. Disse ainda, que não podia ficar no limbo sendo porta voz de verbas que vinham do Governo Federal, ou outros recursos, enfatizando que os homens públicos tinham que ter capacidade para resolver os problemas e para tal fim jáo eleito o Senhor José Bonifácio, mas lamentavelmente a resolutividade me xinha no atual Governo. Entendeu que dizendo de agir prioritariamente nos atos urgentes, deixara também de promover o funcionalismo Público, faltando essencialmente o diálogo. Disse que o abuso era uma prática do atual Governo, e que sempre fora rechaçada pelo funcionalismo, pois havia em tal Política ainda mais, quando tal arbítrio não respeitava a realidade das perdas salariais. Adiante, disse que na semana anterior, quando em visita ao Gabinete do Presidente da Câmara, o Prefeito José Bonifácio afirmava que o "salário do funcionalismo de Cabo São não havia perdido para a inflação" (sic), tendo recusado na oportunidade que não era verdade e para a verdade ser conhecida tinha que zingar com as entidades que tinham todos os cálculos referentes a perdas salariais. Em prosseguimento, disse que de um lado estavam as perdas salariais do atual Governo Municipal e, que as perdas do Sr. de Alair, do Governo Sarney, de Governos que nunca tiveram compromisso com o trabalhador seriam discutidas em outro momento. Falou do sentimento de indignação rumo le entre os funcionários, entendendo o que considerava uma política autoritária do atual Governo, culminando quando a Secretaria Municipal de Educação declarava antes mesmo de qualquer diálogo que "haveria um rompimento com o Sindicato por conta da questão das suas horas do Pessoal Administrativo". Disse ter sido feita uma informação por Eliseu, e falava como denúncia, que o zvidor da Educação Estatutário e com carga de seis horas, seriam descontadas duas e, que o Pêlito com o mesmo cargo seria diminuído, o que era repudiado pela classe trabalhadora, pois a enquanto das seis horas tinha que ser respeitada. Concluindo, falou de sua certeza, embora crítica, que ainda acreditava que o diálogo seria mantido, e que o Governo José Bonifácio faria uma reflexão profunda

O respeito de alguns acontecimentos Administrativos, e assim os problemas
sencas resolvidos. A seguir, culpou o Governo como último gradador incerto, o Sena-
dor Antônio Roberto de Aguiar dos Santos, falando inicialmente de Proposição de sua
autoria e também do Senador Alfredo Luiz da Rocha Mendes, solicitando instauração
de Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de denúncias e irregularidades do Instituto Nacional de Reforma Agrária em sua atuação no Município de São Paulo. Falou de denúncias recebidas, muito graves, quanto à atuação do Instituto na Região, desde a venda de terras, facilidades para aquisição de terras por parte de quem não era trabalhador, de informações privilegiadas aos chamados "grileiros" de terras que infestavam as regiões de Reforma Agrária, até a violência cometidas. Disse a seguir, que tais denúncias tenham que ser apuradas definitivamente pela Câmara, considerando como forma correta a emissão do epi. Disse esperar que no prazo de três meses, fosse deixado claro para a opinião Pública o que fosse apurado na epi, esperando total colaboração do Legislativo que se mostrava na figura do seu Presidente, Senador Alfredo Luiz da Rocha Mendes extremamente ansioso de fazer com que estas questões fossem realmente poder reconhecido, e que não fossem em legislação passada, sendo portanto, agora completamente independentes e não retrocedendo opiniões de decisões Financeiras. Quanto a votação de Repúdio aprovada pela Câmara dirigida a funcionário da Secretaria Municipal de Pesca, disse que ficou muito na dúvida, como ficava sempre em qualquer votação com tal voto, na medida em que não era permitido o benefício da dúvida, e ainda, por que muitos usava a interpretação dos atos e das palavras ditas na rua, os votos não era propriamente a interpretação que o indivíduo elezera dar. Disse que dava seu voto a favor do Voto de Repúdio e posteriormente conversando com o funcionário, para esclarecer o incidente até o ponto, de entender que a Câmara deveria fazer uma votação pedindo desculpas pelo Voto de Repúdio. Disse que publicamente, na reunião de Senadores pediu desculpas ao funcionário Alfredo Luiz pelo seu voto, que fora equivocada, e até entendeu as razões do Senador autor do Voto de Repúdio, pelo sentimento paterno, pelo sensibilidade a matéria. A seguir, falando do Senador Livre, disse que naquela data, com muito apoio da Câmara, após quatro anos de lutas, juntamente com outros partidos, veio que se fez a unanimidade dos Senadores quanto a necessidade de ser demitido o espaço legislativo, através da participação de entidades representativas

do Município e assim, congregando-se com a representação formal encerrou-se o dia. Não havendo mais criadores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao segmento dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Aprovado parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Encaminhado a Comissão de Obras e Serviços Públicos o Projeto de Lei nº 015/93, restando que o parecer a ser aprovado e favorável. Aprovado parecer favorável de vista do Vereador Orlando da Silva Pereira e Encaminhado a Comissão de Obras e Serviços Públicos o Projeto de Lei nº 009/93 e o Projeto de Lei nº 018/93. Aprovado parecer favorável da Comissão de Educação Social no Projeto de Lei nº 041/93 quando da Renovação Eleitoral nº 032/92. Rejeitado o Voto nº 004/93 - Projeto Municipal de Cabo Frio, Renovação nº 006/93, assunto: Voto total à Lei nº 1.227 de 20/04/93, que dispõe sobre a taxa de Rollo e suas relações o Débito. Substituição de IPTU e ISS. Encaminhados a Comissão de Constituição e Justiça Projeto de Lei nº 023/93, Projeto de Lei nº 026/93, Projeto de Lei nº 027/93, Projeto de Resolução nº 005/93, Projeto de Resolução nº 009/93, Projeto de Resolução nº 008/93, Projeto de Resolução nº 010/93 e Projeto de Lei nº 029/93. Retornou a Secretaria Geral para informações o Projeto de Lei nº 025/93. Aprovado Requerimento nº 090/93, Requerimento nº 091/93 e Requerimento nº 092/93. Aprovada Indicação nº 159/93, Indicação nº 160/93, Indicação nº 161/93 e Indicação nº 162/93. Não havendo mais matérias para serem apreciadas neste segmento, e nem criadores para uso da Tribuna em explicação pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus e para constar, mandou que se lousasse a presente Ata, que depois de lida, subscrita e apreciada plenamente aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

[Handwritten signatures and initials]

Ato do Vigésimo Sétimo Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo do Município Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 03 de junho de 1993.

Assinatura do Presidente da Câmara Municipal de Cabo Frio, em 03 de junho de 1993.